



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - STIC

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

SEI:	0004954-30.2025.6.05.8000
Unidade Gestora:	COSUP
Unidade Demandante:	COFIC

ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

PCSTIC:	Item 11
PLANCONT:	Item 68
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL:	PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE TIC.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO A SER ATENDIDA)

Diante das exigências da Receita Federal do Brasil, estabelecidas nas Instruções Normativas nº 2005 e 2043/2021, os órgãos públicos devem transmitir mensalmente, por meio da DCTFWeb e da EFD-Reinf, informações sobre contribuições previdenciárias (INSS) e retenções de tributos federais (Imposto de Renda, CSLL, PIS/PASEP e COFINS). O não cumprimento dessas obrigações pode resultar em multas e sanções.

A SEAFIN é responsável pela transmissão dessas informações, porém enfrenta dificuldades operacionais devido ao alto volume de pagamentos processados e ao reduzido quantitativo de servidores, dos quais metade já se encontra em abono permanência. A tentativa da STI de desenvolver uma solução interna para automação desses lançamentos não obteve sucesso.

Dessa forma, torna-se necessária a contratação de uma solução digital para coleta,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

processamento e transmissão automatizada dos dados fiscais, reduzindo a inserção manual de informações, mitigando riscos de erros e garantindo a regularidade fiscal do Tribunal. Propõe-se a adoção do sistema GDEFD, que atende aos requisitos da Receita Federal, conforme demonstrado na proposta comercial anexada.

1.1. Requisitos de negócio e tecnológicos

- **Conformidade Legal:** O sistema deve atender às exigências da Receita Federal do Brasil (IN nº 2005 e 2043/2021), garantindo a transmissão das informações fiscais no prazo estabelecido.
- **Automação de Processos:** A solução deve eliminar ou minimizar a necessidade de inserção manual de dados, reduzindo erros operacionais.
- **Redução de Riscos e Multas:** O sistema deve garantir a correta escrituração das retenções de tributos federais (INSS, IR, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), evitando penalidades e sanções.
- **Integração com Sistemas Existentes:** Deve ser compatível com os sistemas utilizados pela SEAFIN, como e-Social e EFD-Reinf, para coletar e processar automaticamente as informações.
- **Segurança e Auditoria:** O sistema deve garantir a rastreabilidade das informações, registrando alterações e acessos para auditoria e conformidade.
- **Suporte e Atualizações:** Deve contar com suporte técnico especializado e atualizações contínuas para acompanhar mudanças nas normas da Receita Federal.
- **Compatibilidade com Padrões da Receita Federal:** O sistema deve seguir o layout e parametrização exigidos para envio dos dados via DCTFWeb e EFD-Reinf.
- **Integração com Web Services:** Deve possibilitar a comunicação automática com plataformas externas, como e-Social e SPED, para troca de informações.
- **Interface Amigável:** Deve possuir uma interface intuitiva para facilitar o uso por servidores da SEAFIN.
- **Geração de Relatórios:** O sistema deve permitir a emissão de relatórios detalhados sobre as informações transmitidas, para fins de auditoria e acompanhamento.
- **Armazenamento e Backup:** Deve possibilitar o armazenamento seguro dos dados, com mecanismos de backup e recuperação.
- **Disponibilidade e Desempenho:** O sistema deve ser altamente disponível e capaz de processar grandes volumes de informações sem comprometer o desempenho.

1.2. Requisitos de segurança da informação e de privacidade

- previsão de utilização de soluções em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de modo a possibilitar sua disponibilidade e integridade continuadas;
- fixação de manutenções periódicas, observados os intervalos e especificações recomendados pelo fabricante e acordados com a Contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

<ul style="list-style-type: none">• registro de todas as falhas ocorridas ou suspeitadas e de todas as manutenções preventivas e corretivas;
<ul style="list-style-type: none">• controles apropriados quando do envio/recebimento de informações;
<ul style="list-style-type: none">• observância à política de privacidade oferecida pelo fabricante, a fim de garantir o sigilo dos dados consultados através dos softwares licenciados;
<ul style="list-style-type: none">• controles criptográficos e de acesso;
<ul style="list-style-type: none">• elaboração e aplicação de processo de resposta e tratamento a incidentes de segurança da informação e cibernética que contenha, entre outros, procedimento de continuidade do serviço prestado e seu rápido restabelecimento, além de comunicação interna e externa;
<ul style="list-style-type: none">• utilização de tecnologia que possibilite a análise consolidada dos registros de auditorias coletados em diversas fontes de ativos de informação e de ações de usuários, permitindo automatizar ações de segurança e oferecer inteligência à análise de eventos de segurança;
<ul style="list-style-type: none">• utilização de tecnologia que permita a inteligência em ameaças cibernéticas em redes de informação, especialmente em fóruns, inclusive da iniciativa privada e comunidades virtuais da internet;
<ul style="list-style-type: none">• realização de cópias de segurança atualizadas e segregadas de forma automática em local protegido, em formato que permita a investigação de incidente
<ul style="list-style-type: none">• reservação da segurança do acesso remoto fornecido pelo Contratante;
<ul style="list-style-type: none">• realização periódica de avaliação e testes de conformidade de forma a aferir a eficácia dos controles na execução do objeto contratado;
1.3. Requisitos de sustentabilidade e/ou de acessibilidade, e descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras
1. Requisitos de Sustentabilidade <ul style="list-style-type: none">• Redução do Uso de Papel: O sistema deve permitir a digitalização e armazenamento eletrônico das informações fiscais, eliminando a necessidade de impressões e reduzindo o consumo de papel e toner.• Eficiência Energética: A solução deve ser otimizada para reduzir o consumo de energia dos servidores e estações de trabalho, promovendo práticas de TI verde.• Infraestrutura em Nuvem (Cloud Computing): Sempre que possível, utilizar soluções baseadas em nuvem para minimizar a necessidade de equipamentos físicos, reduzindo custos operacionais e impactos ambientais.• Descarte Sustentável de Equipamentos: Caso haja necessidade de novas infraestruturas físicas, o descarte dos equipamentos antigos deve seguir práticas ambientalmente corretas, conforme normativas de resíduos eletrônicos.• Redução da Pegada de Carbono: Com a automação e digitalização dos processos, haverá menor necessidade de deslocamentos físicos, reduzindo emissões de CO₂ associadas a transportes.
2. Requisitos de Acessibilidade <ul style="list-style-type: none">• Conformidade com Diretrizes de Acessibilidade Digital: O sistema deve atender às normas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

do eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) e WCAG (Web Content Accessibility Guidelines).

- Interface Inclusiva: O sistema deve oferecer opções de contraste, fontes ajustáveis e compatibilidade com leitores de tela para atender a usuários com deficiência visual.
- Suporte à Navegação por Teclado: Deve permitir o uso sem a necessidade de mouse, garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência motora.
- Linguagem Simples e Intuitiva: Deve apresentar uma interface clara e objetiva, facilitando o uso por pessoas com diferentes níveis de alfabetização digital.
- Suporte a Múltiplos Dispositivos: O sistema deve ser responsivo e adaptável a diferentes resoluções de tela, permitindo acesso por desktops, tablets e dispositivos móveis.

Conclusão

A adoção dessas medidas contribuirá para um sistema mais sustentável e acessível, garantindo eficiência operacional e responsabilidade socioambiental no Tribunal.

2. OUTROS REQUISITOS

2.1. No caso de aquisição de bens, há previsão de algum serviço acessório?

Não se aplica.

2.2. No caso de aquisição de bens, será necessário indicar marca e/ou modelo para algum item?

Não se justifica a indicação de marca/modelo para a solução em questão.

2.3. Informar a necessidade de garantia para cada item da solução, se for o caso.

Será exigida garantia decorrente da necessidade de suporte técnico diferenciado a ser prestado pela contratada mediante a celebração de instrumento contratual.

2.4. No caso de aquisição de bens, será exigida apresentação de prova ou de amostra?

Não se aplica.

2.5. Será exigida a apresentação de laudo ou certificação?

Não se aplica.

3. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

Não se aplica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS (PARA CADA ITEM DA SOLUÇÃO)

12 (doze) licenças mensais para utilização do Software (mensal).

5. ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO

Não se aplica.

6. MÉTRICA UTILIZADA PARA FINS DE PAGAMENTO EM CASO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Não se aplica.

6.1. No caso de contratação por postos de trabalho:

Não se aplica.

6.2. Há necessidade de previsão de acréscimo temporário de postos ou de prestação de serviços extraordinários em ano eleitoral ou em períodos específicos? Se houver, informar o quantitativo de postos adicionais e de horas extras por posto de trabalho e o período, com a devida justificativa e os cálculos que demonstrem a relação demanda-quantidade:

Não se aplica.

6.3. Será utilizado Instrumento de Medição de Resultado – IMR, como método de avaliação da qualidade da solução?

Antes da implementação do IMR, é essencial definir critérios claros para medir a qualidade da solução. Alguns exemplos de indicadores podem incluir:

- **Precisão dos dados transmitidos:** Percentual de envios sem erro ou necessidade de correção.
- **Conformidade legal:** Adesão aos requisitos da Receita Federal.
- **Eficiência operacional:** Tempo médio para processamento e transmissão dos dados.
- **Redução de retrabalho:** Comparação entre erros antes e depois da adoção da solução.

2. Coleta de Dados

Durante o uso do sistema GDEFD, os dados referentes aos indicadores definidos devem ser coletados regularmente. Isso pode ser feito por meio de:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Relatórios gerenciais da solução.
- Registros de erros ou inconsistências.
- Feedback da equipe da SEAFIN sobre a usabilidade do sistema.

3. Análise dos Resultados

Os dados coletados devem ser analisados periodicamente para verificar se os indicadores de qualidade estão sendo cumpridos. Algumas abordagens incluem:

- Comparação dos resultados antes e depois da implementação da solução.
- Identificação de padrões ou recorrências de falhas.
- Avaliação do impacto da solução na rotina dos servidores.

4. Aplicação de Medidas Corretivas

Caso os resultados não estejam satisfatórios, é necessário definir ações corretivas, como:

- Ajustes na parametrização do sistema.
- Treinamentos para os usuários.
- Solicitação de suporte ao fornecedor para melhorias na solução.

7. VIGÊNCIA DO CONTRATO

12 meses.

8. HÁ NECESSIDADE DE PREVISÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (FINANCEIRA), COM O FIM DE ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA CONTRATADA E MINIMIZAR OS RISCOS ADVINDOS DE EVENTUAL INEXECUÇÃO CONTRATUAL?

Não se justifica a exigência de garantia de execução do contrato, haja vista o curto prazo de vigência e/ou o quantitativo reduzido de postos previstos.

9 - HABILITAÇÃO

9.1. Comprovação de habilitação jurídica para execução da solução

Não há exigência de comprovação de habilitação jurídica específica aplicável à solução/ramo de negócio em questão.

9.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional (da contratada) para a execução da solução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Não se aplica.

9.3. Há necessidade de vistoria ou visita técnica prévias?

Não se aplica.

10. ANÁLISE QUANTO À POSSIBILIDADE DE CONTRAÇÃO COMPARTILHADA

10.1. FOI IDENTIFICADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE PERMITE ADESÃO (“CARONA”), CUJA SOLUÇÃO ATENDE ÀS NECESSIDADES DESTES TRIBUNAL?

Não foi identificada Ata de Registro de Preços, cuja solução atende às necessidades da Administração evidenciadas no presente estudo, que permita adesão.

10.2. FOI IDENTIFICADA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS EM ANDAMENTO, DIVULGADA PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO, COM VISTAS À CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO QUE ATENDE À DEMANDA OBJETO DO PRESENTE ETP?

Não foi identificada Intenção de Registro de Preços em andamento, cuja solução atenda as necessidades da Administração evidenciadas no presente estudo.

10.3. A CONTRATAÇÃO SERÁ REALIZADA PELO PRÓPRIO TRIBUNAL POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?

Não se aplica.

11. ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS – LEVANTAMENTO DE MERCADO

11.1. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES (OU CENÁRIOS)

1

Solução Interna – Desenvolvimento de Sistema Próprio

- **Descrição:** Desenvolvimento de uma solução interna pela equipe de Tecnologia da Informação do Tribunal para atender aos requisitos do EFD-Reinf.
- **Vantagens:**
 - Personalização total para atender às demandas específicas do Tribunal.
 - Maior controle sobre os dados e segurança da informação.
 - Redução de custos com licenciamento de software externo a longo prazo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	<ul style="list-style-type: none">• Desvantagens:<ul style="list-style-type: none">○ Alto custo e tempo de desenvolvimento.○ Dependência da capacidade técnica e disponibilidade da equipe interna.○ Necessidade de suporte e manutenção contínuos.
2	<p>Aquisição de Software Especializado – GDEFD</p> <p>Descrição: Contratação de um sistema comercial específico para a escrituração digital de tributos federais, como o GDEFD, que já está parametrizado conforme o layout exigido pela Receita Federal.</p> <p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none">• Solução pronta para uso, reduzindo tempo de implantação.• Conformidade garantida com a legislação vigente.• Suporte técnico e atualizações frequentes pela fornecedora. <p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none">• Custo com licenciamento e suporte.• Dependência de fornecedor externo para ajustes e integrações.• Possíveis limitações na personalização do sistema.
3	<p>Utilização de Módulos Existentes no Sistema do Governo Federal</p> <p>Descrição: Avaliação da viabilidade de uso de módulos do eSocial e EFD-Reinf já disponíveis nos sistemas do governo para realizar a escrituração dos tributos sem a necessidade de desenvolver ou adquirir uma nova solução.</p> <p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sem custos adicionais com aquisição de software.• Garantia de conformidade com as normas da Receita Federal.• Utilização de um sistema já integrado com outras obrigações fiscais. <p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none">• Possíveis limitações na interface e funcionalidades disponíveis.• Dependência de atualizações e suporte do governo federal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

12. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Critério	Desenvolvimento Interno	Software Especializado (GDEFD)	Sistemas do Governo
Tempo de Implementação	Longo	Curto	Médio
Custo Inicial	Alto	Médio	Baixo
Conformidade com a Receita Federal	Alta, mas exige ajustes	Alta	Alta
Personalização	Alta	Média	Baixa
Facilidade de Uso	Depende do desenvolvimento	Alta	Média
Suporte Técnico	Interno	Externo	Governamental

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 2	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 2		X	
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 2		x	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 2			x
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 2			x
Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)				x

13. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Não se aplica.

14. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

14.1. Cálculos dos custos totais de propriedade

Solução Viável 2

Custo Total de Propriedade - Memória de Cálculo

Item	Descrição	Unidades	Valor Unitário	Total
1	Implementação	1	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
2	Capacitação	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
3	licença (mensal)	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
4	Suporte	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
				R\$ 42.000,00

15. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da solução	Ano 1	Ano 2	Ano N	Total

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Após análise das possíveis soluções, verificou-se que **não há alternativas internas viáveis ou módulos governamentais que atendam plenamente às necessidades do Tribunal**. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) tentou desenvolver um sistema próprio, contudo, não foi possível sua implementação devido à complexidade e especificidade dos requisitos exigidos pela Receita Federal.

Além disso, os sistemas governamentais disponíveis não oferecem automação suficiente para evitar retrabalho manual e minimizar riscos de penalidades. O desenvolvimento de uma nova solução interna demandaria tempo e recursos significativos, sem garantia de conformidade imediata com a legislação vigente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Dessa forma, a **única solução disponível no mercado que atende integralmente aos requisitos legais e operacionais do Tribunal é o sistema GDEFD**. Não há outro fornecedor que ofereça uma solução similar com as parametrizações exigidas pela Receita Federal. Sua contratação se apresenta como a alternativa mais eficaz para garantir a transmissão automatizada das informações tributárias, reduzindo riscos de erros, otimizando a gestão fiscal e assegurando o cumprimento das obrigações acessórias dentro dos prazos estabelecidos.

17. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O custo total estimado com a presente contratação é de R\$ 42.000,00

18. SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

Não será admitida a subcontratação do objeto, o qual deverá ser executado única e exclusivamente pelo contratado.

19. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Para esta análise deverão ser respondidos os seguintes questionamentos:

a) Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?

Sim

Não

b) Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?

Sim

Não

c) É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, executarem o objeto?

Sim

Não

Conclusão:

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação.

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação.

Não se aplica, pois se trata de contratação direta.

20. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

21. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Concluído o presente estudo, uma vez demonstrados os benefícios a serem alcançados com a solução escolhida, entende a Equipe de Planejamento que a contratação é viável e necessária, além de possível, técnica e economicamente.